



Leandro Filipe  
def

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E VINTE E UM

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, na sequência da situação excecional que se vivencia no concelho de Tabuaço, a respeito da COVID-19, e com vista a prevenir e mitigar a transmissão do vírus SARS-CoV-2, reuniu a Assembleia Municipal, com recurso à videoconferência e no Salão Nobre dos Paços do Município, com a presença de vinte e três membros, verificando-se as ausências dos deputados **Álvaro Correia Soares Martinho**, **Arlindo Augusto Genésio Gouveia**, **Rui António Alves Figueiredo** e **José Fernando Pereira**, que justificaram as respetivas faltas, bem como do deputado **Eduardo Rodrigues Mendes**. -----

Os Presidentes das Juntas de Freguesia da Desejosa e da União das Freguesias de Paradela e Granjinha fizeram-se representar, respetivamente, por **Faustino Jesus Macedo** (Secretário) e **António Joaquim Monteiro Ribeiro** (Secretário). -----

Efetuada a chamada e verificado o quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada pela Secretária da Assembleia, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**. -----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente da Câmara, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelo Vereador **José Carlos Oliveira da Silva**. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual consta a seguinte: -----

#### ===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

**PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----



Luís Rebelo  
aef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

**PONTO DOIS:** Apreciação da informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao primeiro semestre de 2020 [cfr. alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro]; -----

**PONTO TRÊS:** Apreciação, discussão e votação da proposta da Estratégia Local de Habitação para o Município, que consubstancia uma candidatura ao 1.º direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação [cfr. n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto]; -----

**PONTO QUATRO:** Apreciação, discussão e votação da proposta do Programa de Apoio Excecional e Temporário (COVID-19) a estabelecimentos comerciais encerrados e parcialmente encerrados localizados na área geográfica do Município de Tabuaço [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO CINCO:** Apreciação, discussão e votação da proposta do Programa de Apoio Municipal direto às empresas e empresários em nome individual do concelho de Tabuaço – Combate aos efeitos económicos da pandemia COVID-19 [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO SEIS:** Apreciação, discussão e votação da proposta do Programa de Apoio à retoma turística “Em Tabuaço não há Duas sem Três” [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

**PONTO SETE:** Apreciação, discussão e votação da proposta de Acordo de Regularização de Dívida a celebrar com as Águas do Norte, S.A. [cfr. alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro]; -----

**PONTO OITO:** Outros assuntos de interesse para o Município. -----

De seguida, pela secretária **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, foi lida a ata da sessão ordinária realizada a vinte e seis de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, a qual foi aprovada com a maioria de vinte e dois votos a favor. De referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço**, não se encontrava presente. ----

No **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que tal como aconteceu nas reuniões anteriores, a legislação emanada no âmbito das alterações e das contingências sofridas pela COVID-19, prevê algumas condicionantes para salvaguarda de todos os intervenientes nas reuniões, frisando que na convocatória bem como no respetivo edital, está mencionado que os cidadãos que pretendessem intervir na reunião deveriam ter enviado até às dezassete horas e trinta minutos do dia vinte e oito de abril do ano dois mil e vinte e um *e-mail* (no qual constasse o nome, morada e contacto telefónico) a dar conta desse facto, podendo optar por uma



Handwritten signature in the top right corner.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

das seguintes modalidades: remeter o ficheiro em formato MP3, WMA ou WVA da comunicação previamente gravada que pretendessem realizar; ou efetuar a inscrição e solicitar a emissão de credencial para intervir através de videoconferência. -----

Posteriormente, o Presidente da Assembleia Municipal transmitiu que houve a inscrição de um munícipe, o Dr. Manuel Augusto de Lemos Couto Azevedo, a solicitar intervenção na reunião. No decorrer da sua intervenção foi exibida uma apresentação onde foi possível visualizar os cartazes de apresentação da primeira campanha eleitoral do partido de Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP) cujo lema era “Queremos Responder”, bem como um vídeo onde foi possível ver a produtividade de Portugal ao longo destes anos e o seu posicionamento em relação aos países europeus. Foi dada a palavra ao Dr. Manuel Augusto de Lemos Couto Azevedo cuja intervenção se centrou no vinte cinco de abril e no que pensa sobre estes últimos 48 anos, apesar de não querer fazer comparações entre o antes e o depois, por achar isso um erro. Referiu que continua a ouvir os responsáveis da governação e alguns partidos da oposição dizer que nenhum dos problemas está resolvido, continua a haver falta de apoio aos idosos e às pessoas com incapacidade, continua a haver o problema da pesca e da agricultura que se agravaram. Continuou dizendo que se pode comemorar a liberdade, mas o desenvolvimento e evolução social que o vinte e cinco de abril trouxe se baseou no endividamento cada vez maior para as gerações futuras. Pelo que questiona como é que se pode falar em liberdade quando o país está endividado e quem manda é quem empresta o dinheiro. Na sua opinião o país encontra-se neste momento numa situação pior que a de dois mil e dez em que a Banca ficou sem crédito e em dois mil e onze em que o país também ficou sem crédito. Concluiu a sua intervenção aconselhando os Membros da Assembleia Municipal a visualizarem a sessão do IDL que colocou no Grupo de Tabuaço. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação do Dr. Manuel Augusto de Lemos Couto Azevedo por ser um cidadão sempre interessado, empenhado e participativo nas reuniões da Assembleia Municipal. Gratulou ainda a visão trazida sobre o pós vinte e cinco de abril, bem como algumas insuficiências que a democracia vai tendo ao nível do desenvolvimento do país, não da liberdade adquirida, mas de esta estar condicionada por dependência externa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento ao Plenário da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal, nomeadamente uma missiva do munícipe Alberto Cardoso relativa a um terreno e ao talude que segura um terreno contíguo ao dele. Por se tratar de uma situação de cariz executivo a respectiva missiva foi remetida ao Presidente da Câmara para que fossem tomadas as providências convenientes. Continuou dizendo que houve um pedido de informação por parte da senhora Procuradora da República Dr.<sup>a</sup> Ana Rosa Branquinho Dias, por força do processo PA 05/2021 que está ao seu encargo e



Paula  
aef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

cuja informação teve que ser prestada ao processo. Informação essa relativa à ata de instalação da Assembleia de Tabuaço para o quadriénio de dois mil e treze dois mil e dezassete, assim como a sua primeira reunião e também a ata de instalação do mandato dois mil e dezassete dois mil e vinte e um, assim como a ata da sua primeira reunião. Deu ainda nota que foi solicitada informação semelhante, mas apenas para o quadriénio dois mil e dezassete, dois mil e vinte e um, no âmbito do processo 520/21.3T9VIS. Mencionou ainda que receberam indicações por parte do Executivo das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião de fevereiro e esta. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-o feito em primeiro lugar a secretária da Assembleia Municipal, **Anabela Susana Paiva Martins de Oliveira**, para propor um voto de pesar pelo falecimento de José Augusto Caulino, cujo teor se transcreve: -----

*“Venho por este meio, apresentar um voto de pesar, pela morte do senhor José Augusto Caulino, falecido a quatro de março de dois mil e vinte e um. Era marido da secretária da União das Freguesias de Távora e Pereiro, Maria Manuel Araújo Veiga. Apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” -----*

Seguiu-se a intervenção do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, que começou por fazer um afloramento de algumas ideias na sequência da intervenção do munícipe que pediu a palavra na reunião. Na sua opinião falar numa ideia, num objetivo e num alcançar de democracia como o vinte e cinco de abril é ter uma visão um pouco redutora daquilo que se viveu há quarenta e oito anos. Refere que alguém disse um dia que a democracia é o menos grave entre os sistemas maus e ela poderá ter vários graus gradativos, há democracias mais e menos efetivas, isso depende inclusive da forma de Governo que existe, caso se fale de uma democracia direta, claro que existe mais democracia porque os cidadãos participam constantemente em referendos. Continua dizendo que no caso de Portugal tem-se uma democracia referendária/semidirecta, referendária, tecnicamente trata-se de uma democracia representativa referendária, mas os políticos não gostam de consultar os cidadãos e já deve ser um sacrifício para alguns terem que saber a opinião da população de quatro em quatro anos ou de cinco em cinco anos, dependendo se são eleições Legislativas e Autárquicas ou Presidenciais. Diz ainda que basta reparar nos acontecimentos de que os portugueses têm vindo a ser vítimas desde o vinte e cinco de abril, caso se esteja atento às notícias. E questiona como é que se pode falar em democracia num país onde o sistema financeiro domina inclusive o poder e os ideais políticos. Considera muito triste ouvir um ex-Primeiro Ministro no final de uma audiência de um debate instrutório vir dizer perante as câmaras televisivas que não foi acusado de corrupção, e estar muito feliz por aquilo que aconteceu. Não entende como é possível a terceira maior figura do Estado depois de ser acusado de seis crimes e de ter sido chamado corrupto, só não o é porque o crime prescreveu, estar contente com aquilo que aconteceu. Pensa que há uma reflexão que todos devem fazer, principalmente ao nível



Handwritten signature

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

central, porque saiu uma sondagem há três ou quatro dias em que um dos promotores foi a TSF, que na sua opinião é uma das estações de rádio mais idóneas no país, em que se continua a verificar que o povo, o cidadão normal não se sente de facto numa democracia. Nessa sondagem os partidos políticos ficaram em último lugar na confiança dos cidadãos, tendo ficado o Presidente da República em primeiro lugar. Os partidos políticos ficaram em último lugar e não há ninguém que faça uma reflexão relativamente a esse tema, o que o entristece bastante. Continua dizendo que relativamente ao outro assunto, pensa que se deve fazer uma reflexão comparativamente às desigualdades desde o vinte e cinco de abril apesar de todos dizerem e terem consciência de que se vive melhor, as desigualdades acentuam-se e a pandemia serviu para as acentuar ainda mais como se tem percebido. Mencionou ainda, que tal como tinha dito na reunião passada o Regulamento da Loja Social, que foi preparado por ele e pela secretária da Assembleia Municipal, e que tinham dito que provavelmente seria aprovado nesta reunião não o será e espera que na próxima reunião seja possível. O regulamento está pronto, foi-lhe apresentada a ele e à colega a versão final acerca de sensivelmente dez dias. Consideram que está tudo bem e agora tem que seguir a tramitação normal, a discussão pública, a aprovação camarária e provavelmente só em junho é que virá à reunião da Assembleia Municipal. Concluiu a sua intervenção dizendo que não faz ideia da demora porque ele no dia vinte e cinco de fevereiro ficou pronto bastava ser passado a limpo, mas aguarda serenamente que em junho toda a tramitação esteja pronta. -----

Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Junta da União das Freguesias de Távora e Pereiro**, para propor um voto de pesar pelo falecimento de Gaspar José Bezelga, cujo teor se transcreve: -----

*“Venho por este meio, apresentar um voto de pesar pela morte do senhor Gaspar José Bezelga, falecido a vinte e dois de abril de dois mil e vinte e um. Foi Presidente da Junta de Freguesia do Pereiro, apresenta sentidas condolências à sua família e a todos os que sentem profundamente a sua ausência.” -----*

Retomando a palavra, o Presidente da Assembleia Municipal propôs um voto de pesar pelo falecimento do Dr. António Joaquim Almeida Henriques, cujo teor se transcreve: -----

*“Proponho à Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento de António Joaquim Almeida Henriques, Presidente da Câmara de Viseu, falecido no passado dia 4 de abril e cujo percurso político faz dele um dos nomes incontornáveis no desenvolvimento do nosso território. -----*

*Reconhecendo em Almeida Henriques um trajeto admirável, Viseu fica mais pobre e a Região perde, igualmente, uma figura que se destacou pelas fortes convicções e carácter humanista que manifestou nos inúmeros cargos que ocupou, dos quais se destacam os períodos em que desempenhou as funções de Secretário de Estado Adjunto da Economia e*



*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

*Desenvolvimento Regional, de deputada à Assembleia da República e Presidente da Assembleia Municipal de Viseu. -----*

*Num cenário de perdas a vários níveis, a obra e a memória de António Almeida Henriques perdurará. -----*

*Caso este voto de pesar obtenha merecimento por parte desta Assembleia, solicito que tal manifestação de consternação e profundo pesar seja comunicada à sua família." -----*

Concluídas as intervenções foram os votos de pesar sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

Voto de pesar pelo falecimento de José Augusto Caulino aprovado por maioria com vinte e dois votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço não se encontrava presente. -----

Voto de pesar pelo falecimento de Gaspar José Bezelga aprovado por maioria com vinte e dois votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço não se encontrava presente. -----

Voto de pesar pelo falecimento de António Joaquim Almeida Henriques aprovado por maioria com vinte e dois votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço não se encontrava presente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas, começando por informar o Plenário que relativamente às duas situações mencionadas anteriormente, nomeadamente a situação referida pelo Presidente da Assembleia Municipal referente ao senhor Alberto Cardoso de Barcos por causa de um muro na Zona Industrial, o Município em articulação com o Presidente da Junta da União das Freguesias de Barcos e Santa Leocádia visitaram o local e perceberam que no decurso da obra houve uma ou duas situações em que a obra chegou muito próximo do muro podendo até ter colocado em risco a estabilidade do terreno e do muro. Informou ainda que entraram em contacto com o senhor Alberto no sentido de numa primeira fase tentarem adquirir parte do terreno, mas isso não se verificou por entenderem que o valor solicitado não era aceitável. Referiu ainda que neste momento estão a avançar com a construção do muro, pelo que essa situação está ultrapassada. Concluiu a sua intervenção expondo que relativamente à situação do Regulamento da Loja Social as coisas já estão a avançar e espera que na reunião de junho o mesmo já possa ir a apreciação e votação na Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----



Paulo Tab  
af

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** agendada no ponto um da ordem do dia e para a qual foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por solicitar ao Plenário para apenas falar sobre a questão das candidaturas e o ponto da situação das mesmas em junho para não adensar muito este ponto. -----

O Presidente da Câmara deu conhecimento ao Plenário que relativamente à situação referida na reunião anterior pelo deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** da ocupação da via pública na freguesia de Sendim vão solicitar às Estradas de Portugal o levantamento dessa situação para verem o que se pode ali fazer. -----

Disse ainda que no seguimento de uma candidatura que já lançaram, que se prende com a mobilidade, e que, entretanto, não havia verba, vão mesmo assim avançar com esse projeto, com a colocação de algumas zonas para peões, atendendo ao facto de nas freguesias de Adorigo, Távora e Sendim existir alguma perigosidade relativamente à travessia da malha urbana e do centro urbano. -----

Informou ainda que o Município foi pelo segundo ano consecutivo galardoado com a classificação de “Município Amigo do Desporto”, fruto do que são as boas práticas desse departamento, bem como dos colaboradores afetos ao mesmo, ao longo destes últimos anos. -----

Salientou ainda que no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro) voltaram a referir a questão do autocarro da Rede Expressos para que possam mais uma vez ter uma posição forte. Sendo que agora que vai terminar o Estado de Emergência lhe parece importante voltarem a insistir nesse assunto e agora de uma forma mais dura. Até porque os motivos que a empresa alegou, na sequência daquilo que foi dito Presidente da Junta de Freguesia de Sendim, era que um dos motivos para a suspensão do autocarro era a questão pandémica, por isso verão se depois de levantado o Estado de Emergência irá haver alguma alteração, caso contrário, terão de endurecer a posição. -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara deu conhecimento que na reunião de março da CIMDouro voltaram a falar na situação da Caixa Geral de Depósitos e todos os municípios ficaram de fazer um levantamento para que na reunião de abril, onde esteve presente o novo Presidente da Comissão de Coordenação, por causa da questão da reprogramação do Plano de Resiliência e de Portugal vinte/trinta, fosse feito um diagnóstico do que está a acontecer. Informou ainda que já foi solicitada uma reunião com o Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e eventualmente com a tutela para que numa primeira fase digam aquilo que já verbalizou o senhor Primeiro-Ministro e tentarem perceber de que maneira poderão continuar esta luta. Espera que tal como aconteceu há um ou dois anos aquando da luta dos CTT - Correios de Portugal e na qual foram capazes de estagnar o encerramento dos postos de marca própria e em algumas situações



*Randy Tab*  
*af*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

conseguiram até que alguns dos postos que já tinham fechado voltassem a abrir, como aconteceu em Armamar há relativamente pouco tempo, o mesmo possa acontecer com esta situação. -----

Continuou dizendo que outra situação proposta pelo Município de Tabuaço na última reunião da CIMDouro, entendendo que não deve ser a Câmara Municipal de Tabuaço a tomar esta decisão sozinha, mas sim ser tomada em sede da CIMDouro com os dezanove municípios a fazê-lo, é a exigência junto do Ministério da Saúde, do senhor Primeiro-Ministro e da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte) de que no critério para definição do risco de infeção por COVID-19, com base no número de casos por cada cem mil habitantes, exista também um coeficiente que esteja ligado à área geográfica de cada um dos municípios. Parece-lhe absurdo que municípios como Tabuaço, Sernancelhe ou Armamar com a área que têm comparativamente com outros sejam analisados única e exclusivamente pelo seu número de população. Até porque muitas das vezes o seu número de população, se tido em conta a densidade populacional é muito pequena, por se estar a falar de municípios com áreas muito grandes e com pouca população. Diz ainda que depois se tem casos, como por exemplo Vizela que tem vinte e cinco ou trinta mil pessoas numa área de vinte quilómetros quadrados, onde à partida dez casos poderão significar que dez pessoas infetadas nesta área de vinte quilómetros quadrados onde vivem trinta mil pessoas são capazes de infetar mais, do que dez ou vinte pessoas infetadas numa realidade de seis mil habitantes numa área de cento e trinta quilómetros quadrados, como acontece no concelho de Tabuaço. Parece-lhe fundamental que a ARS, o Ministério da Saúde e o Governo equacionem colocar neste cálculo que é feito e do qual decorre a criação das zonas de risco ou os concelhos de risco e que depois acabam por ter um impacto forte naquilo que é o tecido empresarial e sustentabilidade do mesmo em cada um dos concelhos. Na sua opinião é fundamental que seja realmente equacionada a questão da densidade populacional da área de cada um dos municípios. O Município de Tabuaço propôs isto e a CIMDouro ficou de elaborar um documento para que o faça chegar a quem de direito e espera que na reunião de junho ou eventualmente antes esse chegue ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

Por último, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Assembleia Municipal que no âmbito da candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), o Conselho Local de Ação Social, presidido pelo Município, emitiu parecer favorável aos dois projetos que foram candidatos do Município de Tabuaço e espera que as candidaturas sejam aprovadas pela tutela. Referiu que um dos projetos se prende com obras de requalificação na Santa Casa da Misericórdia, na questão dos equipamentos e das instalações, o que irá permitir melhorar a qualidade de vida de cada um dos utentes que lá estão. O outro é a criação de um centro de atividades ocupacionais pelo Centro de Promoção Social do Lar de Barcos, um espaço que irá permitir que pessoas com algum grau de deficiência possam ter ali um lugar para poderem fazer as suas atividades e ter acesso a uma série de cuidados. Referiu ainda que, no concelho de Tabuaço existe um



André Tab  
deaf

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

número de pessoas elevado que se integram dentro desta área social e algumas delas são transportadas para outros municípios, pelo que se este projeto avançar será uma mais-valia para o concelho. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao senhor Presidente da Câmara a explanação sobre este assunto e não havendo intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, passou-se para o **ponto dois sobre a apreciação da informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao primeiro semestre de 2020.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara começou por dar nota que à semelhança do que aconteceu no ano passado, fruto da situação pandémica não estão a aprovar as contas do ano passado. Mais uma vez foi pedido o adiamento e essa discussão e possível aprovação irá ser feita no mês de junho. Atendendo que se está a falar em dois meses de diferença e que em junho irão ter a informação do senhor auditor relativa a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e sendo este ponto colocado a discussão não houve qualquer inscrição, pelo que se passou para o **ponto três sobre a apreciação, discussão e votação da proposta da Estratégia Local de Habitação para o Município, que consubstancia uma candidatura ao 1.º direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara mencionou que parte da Assembleia já está familiarizada com este assunto, visto que já houve uma reunião onde foi apresentada pela equipa que elaborou esta Estratégia Local de Habitação e onde depois houve contacto com cada uma das Juntas de Freguesia. Deu conhecimento que o Município abriu um procedimento para criar a Estratégia Local de Habitação que é um documento fundamental e obrigatório para que haja uma estratégia e esteja claramente definido aquilo que se pretende fazer a nível do Município, sendo que neste momento tem ainda uma importância maior pelo facto de estar aberto o aviso Primeiro Direito Programa de Apoio de Acesso à Habitação. Este programa permite identificar em cada uma das freguesias, esse trabalho foi feito em articulação com cada um dos Presidentes de Junta, edifícios que sejam alvo ou que necessitem de intervenção. Sendo que esta identificação tem que ser acompanhada, e isto é critério cumulativo e obrigatório, de serem agregados habitacionais habitualmente com carências até porque o apoio que aqui pode ser dado é sempre proporcional àquilo



Handwritten signature

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

que é a carência desse mesmo agregado. Realçou ainda que os Presidentes de Junta apresentaram uma série de imóveis à equipa que o Município contratou para trabalhar neste projeto, sendo que alguns tiveram que ficar de fora pelo facto de não se enquadrarem ou na primeira característica que é o estado de preservação do imóvel ou pelo facto dos diferentes agregados não se enquadrarem naquilo que é a tal organização social que ali é pedida. Pelo que neste momento se chegou a um valor global de cerca de cento e catorze edifícios, sendo de cento e dez são propriedade privada e quatro são propriedade pública, uma vez que os organismos públicos também poderiam integrar imóveis que fossem propriedade dessas entidades públicas. -----

O Presidente da Câmara fez também alusão ao facto de ao contrário do que aconteceu em alguns municípios em que houve uma grande aposta na habitação social, em Tabuaço não se verifica essa necessidade, porque no universo de casas de habitação social todas elas estão em muito bom estado e este programa não permitia construir novas casas apenas requalificar. Houve apenas uma situação de uma casa de habitação social, solicitada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Longa, que se situa no Bairro Dr. Octávio Cruz que necessita de intervenção. -----

Referiu que a Junta de Freguesia de Adorigo e a Junta da União das Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira colocaram a reabilitação de uma habitação propriedade de cada uma das Juntas de Freguesia. Informou ainda que no início ainda ponderaram a possibilidade de colocarem os edifícios das escolas primárias, porque são propriedade da Câmara Municipal, mas como a finalidade tem que ser sempre para habitação não lhe parece que neste momento haja necessidade de estar a transformar escolas em habitação quando na maior parte das aldeias infelizmente existem agregados habitacionais muitas das vezes depauperados. Parece-lhe muito mais importante neste momento canalizar este Programa que é a iniciativa privada do que para o restante. -----

Também referiu que teve uma reunião na semana passada com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) na qual foi emitido parecer favorável para esta Estratégia. Referiu ainda que é importante que esta Estratégia seja aprovada o quanto antes porque já foi dito pelo senhor Ministro Pedro Nuno Santos que parte do dinheiro do Plano de Resiliência ou uma pequena parte pode ser canalizada para este apoio. E na eventualidade de assim ser pode haver apoios que podem chegar aos cem por cento, como é lógico caso a candidatura seja aprovada. As pessoas mediante aquilo que é a sua necessidade podem caso tenham um grau de necessidade ou de carência económica bastante grande podem eventualmente serem alvo de uma comparticipação de cem por cento, desde o projeto à reconstrução ou requalificação da casa. -----

Concluiu a sua intervenção mencionando que lhe parece um projeto muito importante principalmente porque irá permitir a uma série de agregados familiares que não tenham o mínimo de possibilidade de recuperar os seus imóveis ou que não têm muitas vezes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

condições dignas de habitação de o conseguirem fazer, pelo que propõe a aprovação do mesmo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. -----

O deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** usou da palavra para referir que ficou com uma dúvida. Diz que o Presidente da Câmara disse que eram cento e catorze imóveis, cento e dez particulares e quatro públicos e que os critérios de atribuição eram cumulativos, pelo que gostaria que lhe esclarecesse melhor como serão feitos os apoios a edifícios não privados. Refere ainda que por parte do Município seria de configurar e de certa maneira se possível contemplar esse tipo de situações em caso de se tratar de edifícios públicos e para não repetirem o que muitas vezes acontece de certa forma não cumprindo aquilo que está estabelecido na lei que é essas obras ou esses apoios nos edifícios públicos, os tais quatro, sejam respeitadas as regras de mobilidade e acessibilidade. Espera que a Câmara seja exigente nesta questão. Continua dizendo que espera simultaneamente que a análise e a atribuição das verbas sejam elas em que percentagens forem, sejam objeto de um processo acutilante e transparente, porque infelizmente vivemos num país em que a subsidiodependência “nasce como cogumelos” e há muitos aproveitamentos e acha que isso tem que ser prevenido. Relativamente à medida acha que é bastante aproveitável, embora e trazendo o assunto que já falou numa das reuniões, a situação das casas devolutas vai continuar a existir, porque muitas delas nem sequer são habitadas e muitas delas são habitações adquiridas através de posse ou passagem do prazo por usucapião e muitas vezes nem se sabe quem são os proprietários e a herança continua jazente. Na sua opinião existem inúmeras dificuldades e voltou a frisar o que disse nessa reunião, que se querem fazer alguma coisa relativamente a esse tipo de habitações e porque nem o Município nem as Juntas de Freguesia terão verbas para andar a demolir por conta própria todos esses edifícios. Voltou a falar na questão do imposto municipal sobre imóveis (IMI), que na sua opinião é um dos passos que se podem fazer, através da agravação que já tinha mencionado na altura, visto que esta medida não vai resolver essas situações e as freguesias do concelho estão pejadas de casas devolutas que não poderão ser integradas neste tipo de programa porque não são habitadas por ninguém. -----

Para responder à intervenção, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir que esta Estratégia tem uma vantagem bastante interessante que é o facto de não ser fechada, a Câmara eventualmente se houver alteração de uma qualquer situação pode trazer alterações à Estratégia cada vez que houver uma reunião, ou seja, pode eventualmente em junho se alterações houver numa determinada situação quer seja a nível de carências habitacionais quer seja a nível do estado de um qualquer imóvel, podem eventualmente aprová-las em reunião de Câmara, solicitar parecer ao IHRU e trazê-las novamente à Assembleia Municipal. Referiu ainda que os apoios funcionam para



Land Tab  
aef

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

as entidades públicas ou privadas, são feitos exatamente da mesma forma, através de valores de comparticipação na ordem dos quarenta e cinco ou cinquenta por cento a fundo perdido que depende sempre daquilo que são os próprios resultados, que no caso da Câmara será sempre o mínimo para uma entidade pública. Realçou ainda que a Câmara chegou a ponderar eventualmente em poder auxiliar quem fizesse a candidatura, mas atendendo ao facto que foi veiculado pelo Governo de que os primeiros vinte e seis mil poderão ser alvo de uma comparticipação global até cem por cento é preferível esperarem para perceberem de que forma é que cada um dos imóveis irá ser apoiado. ----

O Presidente da Câmara disse ainda que a Câmara vai entregar a candidatura da sua Estratégia Local de Habitação, programa que contempla as casas já devidamente identificadas, com orçamentos para cada uma delas e depois cada um dos proprietários ou o Município, com a casa de habitação social de Longa, terão que fazer a candidatura diretamente ao organismo, ou seja, toda a aprovação é feita por eles, a questão do financiamento não é nada feito na Câmara e está tudo perfeitamente salvaguardado até porque cada uma das situações que for feita não há nenhuma qualificação que não seja alvo de um projeto prévio que como é lógico tem que cumprir tudo aquilo que é a questão das acessibilidades que hoje em dia a Lei obriga. -----

Conclui dizendo que por parte da Câmara aquilo que está em cima da mesa a nível de apoios é a questão de eventualmente das próprias isenções que o programa já prevê, mas a nível de apoios é preferível perceber qual é que vai ser o grau de comparticipação que irá ter cada uma das pessoas. -----

Concluídas as intervenções foi este ponto sujeito a votação tendo sido aprovado por maioria de vinte e dois votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço não se encontrava presente. -----

Posteriormente o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que os trabalhos fossem interrompidos por um intervalo de quinze minutos, recomeçando às dezassete horas. ----

Retomando os trabalhos agendados passou-se para o **ponto quatro** sobre a **apreciação, discussão e votação da proposta do Programa de Apoio Excecional e Temporário (COVID-19) a estabelecimentos comerciais encerrados e parcialmente encerrados localizados na área geográfica do Município de Tabuaço.** -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação deste ponto. -----

O Presidente da Câmara prestou um breve esclarecimento sobre a proposta em apreço, mencionando que na sequência daquilo que tem sido os enormes constrangimentos que se têm feito sentir relativamente à questão da COVID-19 e também na sequência daquilo



Land Tab  
def

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

que já tinha sido falado um pouco na última Assembleia Municipal do que estavam a preparar, houve já a aprovação na Câmara de alguns documentos que na sua opinião permitirão por um lado tentar de alguma forma compensar o pouco que seja desses constrangimentos económicos e essas dificuldades que grande parte do tecido empresarial tem sentido. E por outro lado também tentar criar uma outra dinâmica dentro de um quadro que ainda não se percebeu como vai evoluir. Referiu que nestas últimas semanas tem evoluído de uma forma positiva e espera que pelo menos este verão seja um verão similar ao do ano passado que foi incomparavelmente melhor do que todos estavam à espera, visto que mais ou menos por esta altura em dois mil e vinte estavam um pouco mais assustados e depois veio-se a verificar que o verão, pelo menos o que foi a dinâmica a nível turística, de hotelaria e de restauração acabou por ser bastante interessante. -----

Continua dizendo que este Programa é destinado a estabelecimentos comerciais encerrados ou parcialmente encerrados no Município de Tabuaço e a génese ou objetivo deste programa é apoiar todos os CAE's que no período de confinamento a legislação obrigou a que os estabelecimentos e atividades estivessem parcial ou totalmente encerrados, na própria legislação havia uma determinação de todos esses CAE's. Referiu que a lógica subjacente a este apoio é para os estabelecimentos que estiveram parcialmente encerrados apoiarem quarenta e cinco por cento do valor de renda ou eventualmente caso a pessoa seja proprietária e se tiver um empréstimo bancário associado à compra ou à requalificação do espaço que utiliza para o exercício da sua atividade comercial quarenta e cinco por cento mais cento e cinquenta euros para o caso dos estabelecimentos que estiveram parcialmente encerrados. E no caso dos estabelecimentos ou atividades comerciais que estiveram fechadas na totalidade noventa por cento desse mesmo valor da renda ou do financiamento mais trezentos euros no valor global que não pode exceder os setecentos euros por apoio. Informou ainda que se trata de um apoio único, sendo que entenderam também que mesmo aquelas atividades ou estabelecimentos que neste momento já não têm qualquer tipo de custo para o proprietário também deveriam ser alvo de um apoio por mais pequeno que fosse, mas também nem que fosse a título simbólico ter esses apoios, até porque os investimentos mesmo que não sejam feitos agora, já foram feitos há algum tempo e no caso dos estabelecimentos próprios que não têm nenhum tipo de custo associado de financiamento ou de renda é um apoio único no valor de trezentos euros para aqueles que estiveram totalmente encerrados e no valor de cento e cinquenta euros para aqueles que estiveram parcialmente encerrados. Deu ainda nota que a lógica é já a partir de três de maio, caso a Assembleia Municipal aprove este programa, abrir as candidaturas para que as pessoas possam fazer a candidatura sendo que é um apoio relativamente simples e de fácil prossecução. Parece-lhe ser um apoio bastante interessante para quem dele vier a beneficiar, pelo que solicita a aprovação da Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Não havendo intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço e o deputado Aires Antunes Moreira Sá Ferreira não se encontravam presentes, presencial e virtualmente, respetivamente. -----

Terminadas as intervenções passou-se para o ponto cinco sobre a apreciação, discussão e votação da proposta do Programa de Apoio Municipal direto às empresas e empresários em nome individual do concelho de Tabuaço – Combate aos efeitos económicos da pandemia COVID-19. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que quando estavam na análise daquilo que poderiam ser os possíveis apoios nesta área entenderam que o apoio anteriormente aprovado poderia não ser total até porque algumas das atividades e alguns dos estabelecimentos não se enquadravam naquilo que era a obrigatoriedade de estarem encerrados parcial ou totalmente e que mesmo assim também tiveram quebras significativas nas suas principais fontes de rendimento. E então de uma forma complementar entenderam que tinha toda a pertinência aprovar um Programa que ao invés de ver se estiveram ou não encerrados tivesse indexado a faturação da atividade económica da empresa ou do setor de atividade. Aqui a lógica é uma determinada empresa ou atividade comercial fazendo prova daquilo que foram os seus dados contabilísticos do ano de dois mil e dezanove e no ano de dois mil e vinte, ano em que se pode estabelecer termos de comparação e se se verificar que existiu quebra na faturação o Município atribui um valor percentual mediante aquilo que são os determinados escalões de faturação. -----

O Presidente da Câmara pediu desculpa aos Membros da Assembleia Municipal por lhes ter sido enviado um ficheiro que não é o definitivo. Nesse ficheiro a única errata é apenas uma, no artigo oitavo referente ao valor de apoio tem quatro escalões com diferentes valores de faturação que são: primeiro escalão de doze mil e quinhentos a cinquenta mil euros; segundo escalão de cinquenta mil a cento e cinquenta mil euros; terceiro escalão de cento e cinquenta mil a duzentos e cinquenta mil euros; e quarto escalão acima de duzentos e cinquenta mil euros. E aquilo que foi aprovado na reunião de Câmara e que na altura entenderam que era o mais lógico foi de que o primeiro escalão seria não de doze mil e quinhentos a cinquenta mil euros, mas sim de dez mil a cinquenta mil euros e por lapso no documento enviado foi enviada a versão anterior a esta sugestão. Pelo que aquilo que estão a aprovar tem esta alteração e presume que não há grande problema por não se tratar de uma questão de facto ou de matéria é apenas um valor. -----



Handwritten signature and initials.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Continuou dizendo que a lógica disto é que para as empresas cuja faturação no ano de dois mil e dezanove esteja entre dez mil e cinquenta mil euros o apoio de referência pode ir até mil euros, de cinquenta mil a cento e cinquenta mil euros de faturação o apoio pode ir até mil e quinhentos euros, de cento e cinquenta mil a duzentos e cinquenta mil euros de faturação o apoio pode ir até dois mil e quinhentos euros, acima de duzentos e cinquenta mil euros o apoio pode ir até três mil euros. Este apoio é calculado de acordo com a quebra de faturação que a empresa teve no ano de dois mil e vinte e será também um apoio único. Deu o exemplo de uma empresa que se encontra no escalão de ter faturado em dois mil e dezanove entre cinquenta mil e cento e cinquenta mil euros e que teve uma quebra de faturação em dois mil e vinte de trinta e cinco por cento o valor de apoio de referência de apoio máximo que é de mil e quinhentos euros será multiplicado pela percentagem da quebra de faturação e será esse o montante ao qual a empresa terá direito. -----

Referiu ainda que quem concorrer a este apoio e já tiver beneficiado do apoio aprovado há pouco, apoio excecional e temporário a estabelecimentos parcial e totalmente encerrados, não receberá nunca este segundo apoio na totalidade. Disse que os apoios podem ser cumulativos, mas também para haver alguma equidade, a ideia é de que por exemplo uma empresa que já tenha beneficiado do outro apoio e se candidate a este e que neste tenha um valor de quinhentos euros para receber poderá apenas receber cinquenta por cento, ou seja, se não tivesse concorrido ao outro receberia os quinhentos euros, mas se eventualmente tivesse concorrido ao outro e este tivesse sido aprovado receberia cinquenta por cento desse valor. Conclui dizendo que a ideia é tentar garantir que o maior número de atividades e de empresas sejam de alguma forma apoiadas na sequência dos enormes constrangimentos que têm tido ao longo destes últimos meses. --

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. -----

Usou da palavra o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para colocar duas questões. Disse que embora não tenha falado no ponto anterior, vai chamá-lo aqui igualmente à coação. Relativamente a este diploma igualdade significa necessariamente diferença e aqui o tratamento está feito dessa forma. Apesar de concordar com o mérito destas duas propostas, esta segunda de apoio a empresas e empresários em nome individual, lamenta dizê-lo ao Executivo, mas faz-lhe um pouco de impressão de que empresas com faturação acima de cento e cinquenta mil ou duzentos e cinquenta mil euros, pensa que é quase irrisório receberem três mil ou dez mil euros. Acha que para empresas com esse nível de faturação não será muito relevante, embora a coisa esteja rateada, mas no seu entender pensa que esse valor seja irrelevante. Não está com isto a querer dizer que o Município teria que fazer um esforço maior, pelo contrário, pensa que se calhar empresas com este nível de faturação provavelmente não haverá nenhuma ou muito poucas no concelho, mas isto não era discriminar ninguém pelo contrário, mas se as coisas tivessem sido



Handwritten signature: *Randolph*  
*aeef*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

feitas de maneira diferente, ou seja, limitando o teto de faturação suscetíveis de ter acesso aos apoios se calhar poderiam apoiar mais as empresas com menos e que se calhar foram mais penalizadas do que estas de grande nível e grande âmbito de faturação. Disse ainda que o que se aplica aqui, aplica igualmente a nível nacional, sente-se bastante constrangido ao ver empresas que apesar de terem continuado a faturar durante o período de pandemia continuam a receber igualmente apoios, ele não faria desta forma, mas é uma opinião independentemente de concordar com o mérito daquilo que possivelmente irá ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----

Por último referiu um pequeno ponto e apela ao Presidente da Assembleia Municipal para veicular aquilo que vai dizer e não é necessário estar a passá-lo a escrito como recomendação, que o poderia fazer, mas pensa que não é necessário. Apenas agradecia que o Executivo pudesse de alguma forma, e não quer estar a substituir a quem elaborou os diplomas, mas independentemente de concordar com o mérito das medidas que estão neles vertidas deparou mais uma vez embora na substância e no conteúdo seja passível de ser efetivamente posto em prática, pediu ao Executivo para ser um bocadinho mais acutilante na exigência de quem elabora os diplomas, porque mais uma vez detetou erros que são simples e que se os diplomas forem realmente feitos com um pouco de atenção sem querer aqui acusar ninguém, pensa que isto são diplomas de extrema importância para o Município que são publicados em Diário da República, que são públicos e portanto acha que deveria de haver uma atenção mais fina neste tipo de escorrer de diplomas. ----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** para referir que relativamente aos termos de aceitação tem na primeira quadrícula *“comprometo-me a ceder todos os documentos complementares e informações que entenda necessários para apreciação da candidatura”*, mas ele proporia ou faria isto com os seguintes termos *“comprometo-me a disponibilizar ou a fornecer os comprovativos e as informações complementares”*, porque na sua opinião se os candidatos têm os documentos e têm que os ceder ficam sem eles, trata-se apenas de uma questão de redação. Refere ainda que naquilo que o Presidente da Câmara interveio ficou com a ideia de que quem tivesse alguma subsidiação relativamente a outras fontes teria de ser aqui ponderado, mas não vê aqui essa ponderação ou pelo menos saltou-lhe e queria saber se está consignado ou não. -----

Para responder à intervenção, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir que não tinha percebido a última situação exposta pelo deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho**. -----

Usou da palavra o Presidente da Assembleia Municipal para mencionar que a dúvida do deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** era saber onde está plasmado essa interação entre os dois diplomas, de que quem usufruir do primeiro tem uma limitação no usufruto do segundo e vice-versa. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Interveio novamente o presidente da Câmara para dizer que relativamente à primeira questão consegue entender o que o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** quer dizer relativamente à ideia que empresas maiores necessitarão menos do que as empresas mais pequenas, mas parece-lhe que no sentido de serem o mais justos possíveis e na criação de um programa mesmo cometendo algumas injustiças a forma mais justa é terem um grau de proporcionalidade e de crescimento por aquilo que é o tal crescimento da faturação, porque lhe parece que de uma outra forma correriam o risco de serem mais injustos do que não sendo assim. No entanto percebe e entende perfeitamente que provavelmente necessitará mais uma empresa que seja mais pequena do que uma empresa maior, mas a lógica das coisas é que se entrarem por aí parece-lhe que seria sempre difícil fazerem um modelo onde conseguissem plasmar uma equidade nessa própria distribuição, reconhecendo mais uma vez que a ideias dos mais pequenos precisarem mais do que os maiores, mas para serem o mais equitativos e o mais justos parece-lhe que teriam de alguma forma de ter esta lógica dentro do programa. -----

Relativamente à questão colocada pelo deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** refere que essa situação está plasmada neste segundo Programa na alínea c) do artigo oitavo, que diz: “As empresas ou empresários em nome individual que anteriormente beneficiaram do apoio excecional e temporário (COVID19) a estabelecimentos comerciais encerrados e parcialmente encerrados localizados na área geográfica do Município de Tabuaço só poderão beneficiar de 50% do valor do apoio municipal direto às empresas e empresários em nome individual”. Refere ainda que no primeiro não existe essa restrição porque à partida a questão dos encerramentos é um processo muito mais fácil e o procedimento é quase imediato, enquanto a questão relativamente à faturação será sempre mais complexa quer naquilo que é o facultar de todos os dados que são necessários quer depois na própria análise que será um pouco mais criteriosa e um bocadinho mais demorada, pelo que essa restrição foi apenas colocada neste documento que irá agora a votação. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos** para sugerir uma alteração no primeiro escalão, ao invés de estar de dez mil até cinquenta mil euros deveria de estar até cinquenta mil euros, porque pode haver algum empresário que tenha faturação abaixo de dez mil euros e depois não será abrangido por esta medida e desta forma ficam todos os valores abrangidos. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal disse não ver qualquer impedimento para a sugestão feita pelo deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos**, mas eventualmente teria que haver outro enquadramento porque poderia haver profissionais com atividade individual que poderiam estar a concorrer a este apoio não sendo empresários na verdadeira aceção da palavra, mas sendo profissionais liberais. -----



R. M. N. P.  
deaf

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Interveio novamente o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, para afirmar que salvo melhor opinião, além do que foi dito pelo Presidente da Assembleia Municipal há outro problema, salvo o devido respeito por opiniões diferentes, porque se colocarem o início da atribuição em zero isso levará a desvirtuações e falsificações que poderão ser graves. Na sua opinião poderão aparecer empresários em nome individual a dizerem que tiveram zero de faturação, porque a fuga ao fisco sagra no país “a torto e a direito”. Diz que concorda que exista um mínimo porque a não existir qualquer tipo de mínimo vai levar a que se desvirtue isto tudo e vai incentivar cada vez mais a fuga ao fisco. -----

Interveio novamente o deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos**, para dizer que o ano de referência é dois mil e dezanove e em dois mil e dezanove e nesse ano dificilmente alguém teria faturação de zero euros. Se fosse no ano de dois mil e vinte e um poderia haver essa situação, mas em dois mil e dezanove dificilmente isso aconteceria. -----

Seguiu-se a intervenção do **Presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro** que referiu que poderia ter percebido mal o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, mas se isto é referente à faturação do ano de dois mil e dezanove como é que poderá haver falsificação de faturas. Referiu ainda que tem uma pequena empresa e se os dados são referentes ao ano de dois mil e dezanove não poderá haver falsificação de faturas. -----

Interveio mais uma vez o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, para dizer que não falou em falsificação de faturas, mas sim em falsificação de declaração e que são coisas diferentes. Porque uma coisa é um empresário ter um rendimento de dez mil euros e declará-lo na totalidade outra coisa é ter um rendimento de dez mil euros e não declarar absolutamente nada e há empresários que o fazem. -----

Foi dada a palavra novamente ao Presidente da Câmara que começou por referir que não vê nenhum problema em colocarem zero euros até porque como irá existir um júri eventualmente se houver aqui alguma situação que possa implicar situações dúbias podem ser solicitados esclarecimentos adicionais. Não vê nenhum problema em que o escalão fique de zero euros ou um euro até cinquenta mil euros, antes pelo contrário, porque lhe parece que esta situação de eventual dúvida poderá ser menor do que haver duas ou três situações em que empresários que têm oito ou nove mil euros de faturação e não se conseguem enquadrar no apoio. Provavelmente é preferível colocar desta forma até porque também felizmente no concelho consegue-se ter mais ou menos a perceção daquilo que é a realidade de todas as empresas. Disse ainda que sendo o representante de quem propôs à Assembleia Municipal não vê nenhum problema em que ela seja alterada nesse sentido. Concluiu a intervenção dizendo que quando estava a falar que no outro programa não estava plasmado aquilo que o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** falou lembrou-se que pode haver pessoas que se apercebam desta falha no primeiro regulamento e candidatarem-se primeiro ao programa da faturação e depois ao do encerramento porque no programa do



Handwritten signature and initials.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

encerramento não há nada que limite os cinquenta por cento e parece-lhe que só os que se candidatam ao da facturação em segundo lugar é que podem beneficiar do apoio total. Se tiverem em primeiro o da faturação se perceberem que a lógica pode ser esta e depois irem fazer o outro, podem ter direito aos dois porque no outro não há nada que limite cumulativamente o valor total. Assim propõe, caso a Assembleia Municipal concorde, fazerem já a alteração ou então aprovarem da forma que está agora com o compromisso de depois em junho trazerem novamente este o assunto com as alterações.

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal disse que a Assembleia Municipal não tem poder para fazer alteração ao que foi aprovado em Câmara Municipal. Podem aceitar votando favoravelmente ou rejeitar votando desfavoravelmente. Portanto se há o compromisso da Câmara Municipal fazer essa alteração posterior e depois remeter à Assembleia Municipal podem fazer isto de duas formas se assim entender o Plenário. Podem chumbar esta proposta e ela não fica em vigor e pode vir a votação numa próxima Assembleia ou podem aprovar tal como está com o compromisso da Câmara Municipal fazer a sua rectificação e trazer novamente na próxima reunião contemplando aí quem está dos zero aos cinquenta mil euros, o que obrigará a que empresários ou empresas que tenham faturação de zero a cinquenta mil euros não possam aceder neste período que medeia esta reunião e a de junho e só poderão fazer essa candidatura posteriormente, caso a proposta seja chumbada liminarmente nem esses nem todos os outros. O Presidente da Assembleia chamou ainda a atenção de que o anterior já foi aprovado. Pelo que a sua sugestão, e dará ao Plenário e também essa indicação ao Presidente da Câmara para depois darem a sua opinião, é aprovar tal como está, até lá a Câmara Municipal pode tramitar as candidaturas das empresas e dos empresários em nome individual que tenham faturado acima dos dez mil euros e até à próxima reunião a Câmara Municipal fará essa rectificação, aprová-la-á em reunião de Câmara e remetê-la-á novamente para a Assembleia Municipal para ser feita nova apreciação e votação já com essa retificação em junho e a partir daí esses empresários que tiveram faturação de zero até cinquenta mil euros têm essa possibilidade de se candidatarem. -----

Foi dada a palavra novamente ao Presidente da Câmara que referiu que a Câmara não aprovou o documento, aprovou sim enviar uma proposta de Protocolo. Refere ainda que lhe parece que numa situação destas até é extremamente limitador para a capacidade de uma Assembleia Municipal não puder alterar uma determinada situação, mas não sabe, até pode ser completamente desfasado daquilo que é a realidade legal das coisas. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal mencionou que depende da competência dos dois Órgãos e é uma questão que está a ser dirimida até no Parlamento, a célebre Norma Travão, que foi por opinião do Governo violada quando a Assembleia da República aprovou alguma legislação que aumentaria as despesas que não estariam previstas no Orçamento de Estado. Referiu que aqui pode perfeitamente acontecer a



Handwritten signature and initials.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

mesma coisa, pode a Assembleia Municipal estar a fazer alteração a uma norma que a Câmara Municipal não tivesse contemplado no seu orçamento e pode vir a ter essa influência, por isso mesmo é que deve a Câmara fazer essa apreciação e verificar se efectivamente se coaduna com a possibilidade e a disponibilidade financeiras que o Município dispõe, conclui dizendo que esta é a sua interpretação, mas que devolve a palavra ao Plenário para saber a sua opinião. -----

Foi dada a palavra novamente ao Presidente da Câmara que referiu que após ouvir o Presidente da Assembleia Municipal reconhece que eventualmente há sempre aqui agarrada uma proposta da Câmara Municipal e também concorda com a outra situação que falou que pode eventualmente ter um impacto financeiro com o qual não se estaria a contar numa determinada alteração. -----

Seguidamente foi dada novamente a palavra ao deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** que começou por referir que gostaria de propor outra coisa. O Executivo deliberou enviar à Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal viu, pensou, falou, evoluiu um bocadinho nisto, podem perfeitamente deliberar devolver ao Executivo tendo em conta a sugestão da Assembleia Municipal de ponderação neste e naquele ponto. Isso é perfeitamente aceitável, não aborrece ninguém, não vai contra orçamentos e tem o apoio técnico do Executivo para dizer o que entender. A proposta é devolver para que ponderem melhor. Sugeriu ainda que, como já foi dito que já foi votado o documento anterior, naturalmente que não se pode desvotar, mas há outros assuntos de interesse para o Município se aí se puser, uma vez que se deu conta que uma coisa pode ficar melhor, não devem ficar escravos de por já se ter votado não se possa fazer uma coisa diferente e talvez no último ponto se possa acrescentar uma proposta que vá diferente àquela que foi votada e se for votada nesse sentido é essa que prevalece e depois devolver-se-ia também ao Executivo. -----

No seguimento das intervenções, interveio novamente o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** que disse concordar com a parte final do colega, porque é muito fácil falar-se em questões práticas de aplicação e isto também é válido para o que disse o Presidente da Câmara, mas o problema é que os diplomas quando são impugnadas decisões são baseadas no seu articulado e portanto o primeiro diploma apreciado apesar de já ter sido aprovado e nem tudo precisa de estar na Lei até por uma questão de solidariedade institucional entre o Executivo e a Assembleia Municipal, acha que não tem problema absolutamente nenhum que o próprio Executivo possa colocar a tal norma que impeça que o acesso aos subsídios possam ser cumulativos. Relativamente à questão que foi discutida antes é uma questão de competência material porque a questão da Lei Travão é inconstitucional na medida em que foi tomada, tem pena é que ninguém tenha posto isso em causa. Isto tem a ver com a divisão exactamente de poderes porque se a Assembleia Municipal pudesse fazer tudo aquilo que lhe apetece relativamente àquilo que é apresentado pela Câmara Municipal a atividade poderia ser paralisada. Facilmente uma



Luís Tab  
dey

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Assembleia paralisava, independentemente da sua dimensão, a atividade do Executivo. Referiu ainda que relativamente ao assunto anterior não quis colocar em causa qualquer tipo de suscetibilidade, aliás disse desde o início que está de acordo com o mérito das medidas dos dois diplomas, apenas discorda com a questão do zero, mas é a sua opinião e baseia-se na prática corrente da sua vida. Disse ainda que no que respeita à questão dos diplomas, este e o anterior, está perfeitamente de acordo que seja feito dessa forma, alterações e depois a Assembleia aprovará ou não. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal referiu que pelas opiniões apenas há dificuldade, apesar de compreender as posições, os eventuais candidatos terem que aguardar dois meses por um apoio que se calhar lhes está a fazer falta de imediato, mas dá a palavra ao Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Câmara começou por dar nota que a situação é também de alguma urgência e não parece que estejam a falar de constrangimentos que sejam assim tão limitadores até porque eventualmente na questão da faturação ainda não perceberam se há mais gente que concorda com o zero ou com a outra situação, mas isso terá que ser discriminado pela Assembleia Municipal. -----

Continua solicitando alguma sensibilidade no sentido de levarem a coisa a “bom porto” e a começarem a aprovar até porque não lhe parece que haja nada que seja de fundamento ou de matéria. Estão a falar em situações relativamente simples de solucionar tendo o compromisso de que para aquelas empresas que eventualmente estejam na situação que falaram há pouco propõe a alteração eventualmente na Assembleia Municipal de junho, agora não permitir que todas as outras durante estes dois meses possam já candidatar-se e beneficiar deste apoio não concorda. De outra forma se eventualmente entenderem que há necessidade de alterar dos dez mil euros para o zero, como também não vê nenhum problema, então sugere uma outra situação se eventualmente a Assembleia Municipal concordar, aquilo que falou relativamente ao apoio anterior que é o mais imediato deixa de ter sentido se o segundo não estiver aprovado não pode haver nada cumulativo. Referiu ainda que na sua opinião se eventualmente houver alguma alteração pelo menos o primeiro que é o mais imediato deveria manter-se aprovado sendo que o outro, independentemente de tudo e atendendo à complexidade do mesmo acredita que ainda em junho haja situações aprovadas relativamente à quebra da faturação. Portanto o facto de neste momento se estar a limitar, vai-se estar a atrasar em dois meses todo o processo sendo que depois em junho se poderia perfeitamente ajustar estas situações que agora aqui estão a ser faladas.

O Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo que esta é a sua opinião, sendo que na eventualidade de a Assembleia Municipal entender que este segundo por causa da alteração dos dez mil euros para o zero, se entender remeter novamente para a Câmara Municipal ver, têm um atraso de dois meses, mas fazem-no. Contudo aquilo que



*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

sugeriu relativamente ao primeiro deixa de ter sentido se o segundo não estiver aprovado. Mas atendendo também aos espaços temporais de todos os processos, não acredita que em junho tenham algum destes apoios relativamente ao segundo aprovados e no fundo isto vai também estar a demorar todos os processos durante mais dois meses. Deixa à consideração da Assembleia Municipal e pede o máximo de sensibilidade. -----

Interveio mais uma vez o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para questionar o Presidente da Câmara, e não se trata de ser sensível ou não à medida, porque já disse que é favorável ao mérito dos dois regulamentos, mas imagine-se que se aprova o regulamento como está neste momento dez mil a cinquenta mil euros, a Câmara Municipal vai começar a instruir candidaturas e a Assembleia Municipal em junho vai aprovar o diploma alterado, depois como é que a Câmara lida com isto em termos práticos. Aceita uma candidatura e depois pode vir a rejeitá-la porque não se integra nos parâmetros do diploma aprovado em junho. Se ela ainda estiver pendente ou já foi aprovada ou foi rejeitada e depois em junho vão dizer à pessoa. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara disse que não se está a falar de passar zero para dez mil euros está-se a falar de passar de dez mil euros para o zero portanto nunca nada há-de colidir com aquilo que é a Lei, no máximo irão é haver outras que neste momento até junho não vão poder entrar e poderão entrar a partir de junho. -----

Interveio mais uma vez o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para questionar o Presidente da Câmara se na prática esse tipo de situação não lhe causa impressão. -----

Foi dada a palavra novamente ao Presidente da Câmara que respondeu que sinceramente não vê problema quando se percebe que uma coisa pode ser melhorada e melhorá-la desde que não se crie problemas a quem já está dela a beneficiar. Na sua ótica parece-lhe pior estarem numa coisa assim tão complexa e não permitir que os empresários com facturação entre dez mil e cinquenta mil euros possam começar a entregar já as candidaturas. -----

Interveio mais uma vez o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para chamar a atenção se depois em termos práticos isso não irá causar problemas. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara disse pensar que não. Não vê problema até porque no fundo não estão a criar nenhum tipo de expectativa a quem se candidate já que depois possam vir a desvirtuá-la a seguir. Vão é alargar o âmbito daquilo que é o objectivo do apoio em si. Não vê nenhum problema em passar dos dez mil para os zero euros, agora se não aprovarem as coisas como estão e se apenas se fizer a alteração no momento seguinte vão estar a privar todas as pessoas com facturação dos dez mil euros até ao limite máximo de começarem a instruir as suas candidaturas já de imediato. E não lhe parece que tenha grande sentido estar a dizer às pessoas que podem começar a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

entregar as candidaturas e apenas aprovarem em junho. Referiu ainda que aquilo que farão em junho é alterar a situação e o primeiro escalão passar a ser dos zero aos cinquenta mil euros e aí poderá haver, parece-lhe que poderão ser poucas situações, mas poderão ser integrados outras empresas ou empresários. -----

Seguidamente foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para referir que na sua opinião deveriam votar no ponto cinco e no mês de junho o Executivo deverá trazer a alteração. Considera que desta maneira se avança com as coisas e não se está a empatar os empresários e empresas com facturação de dez mil euros para a frente e depois os que tiverem facturação de zero a dez mil euros entregam posteriormente a candidatura. Conclui dizendo que não vê nenhum problema nisso e que o importante é votar neste ponto e depois a alteração será *à posteriori*. -----

O Presidente da Assembleia Municipal tomou da palavra para referir que decidiu fazer a votação deste diploma porque não vê que possa ser de outra forma. Proceder-se-á à votação e o Plenário decidirá conforme a votação que fizer, se aprovando começam já os empresários com facturação a partir dos dez mil euros a usufruir deste plano e os outros poderão usufruir a partir de junho quando a Câmara Municipal trazer a revisão deste plano ou então limitam todos os empresários a esperar até junho para puderem usufruir deste apoio. Refere ainda que não há uma terceira via, só há estas duas. Assim, este ponto será colocado a votação e se for aprovado a Câmara Municipal está mandatada para poder apoiar os empresários com facturação acima dos dez mil euros e a partir da próxima reunião trazendo a reformulação e a Assembleia Municipal aprovando pode também contemplar os empresários dos zero até aos dez mil euros, se chumbarem ficam todos os empresários a aguardar por junho. -----

Não havendo mais intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado por maioria com vinte e dois votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** não se encontrava presente. -----

Retomando a palavra o Presidente da Assembleia Municipal afirmou que fica a sugestão inerente de que a Câmara Municipal há-de ter em conta a proposta colocada pelo deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos** para a revisão do primeiro escalão não ser limitado aos dez mil euros de faturação inicialmente previstos. Aguardam a posição da Câmara Municipal e se assim o entenderem a reformulação do Programa para novo envio à Assembleia Municipal. -----

Terminadas as intervenções passou-se para o **ponto seis sobre a apreciação, discussão e votação da proposta do Programa de Apoio à retoma turística “Em Tabuaço não há Duas sem Três”**. -----



Luís Tabal  
af

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

O Presidente da Câmara começou por referir que a vertente deste programa não é o efeito de compensação, mas o efeito de tentar alavancar um pouco mais a questão da dinâmica turística e da dinâmica de todo o sector económico. Continuou dizendo que esta situação mereceu o parecer positivo do Conselho Municipal do Turismo e a lógica é que cada pessoa que passe um período de um mínimo de duas noites no concelho de Tabuaço oferecer-se um *voucher* de quarenta euros para alojamento, de dez euros para restauração e de dez euros para produtos, sendo que os *vouchers* poderão ser utilizados logo de imediato.

Referiu ainda que o Programa irá ser divulgado no âmbito de uma campanha a nível nacional para que as pessoas possam colocar em questão fazerem férias no concelho quando estiverem a escolher um destino de férias, porque lhe parece interessante que por um período mínimo de duas noites as pessoas possam receber sessenta euros que têm que ser gastos no comércio local. Realçou ainda que lhe parece um projeto interessante e apesar de ainda terem que consultar os estabelecimentos aderentes, pretendem que comece já no dia quinze de maio a operacionalização e que termine a trinta e um de outubro, que é o período onde poderá haver alterações porque haverá eleições. Deu ainda nota que os *vouchers* poderão ser utilizados até dezembro de dois mil e vinte e dois, porque podem as pessoas não ter conhecimento desta campanha e depois chegarem cá e eventualmente voltarem ou até darem os *vouchers* a outras pessoas como forma de as motivar a visitarem o concelho. -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao Presidente da Câmara a explicação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate. -----

Foi dada a palavra ao deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para questionar o Executivo se existe um teto financeiro para esta medida. -----

No seguimento das intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** que disse que gostaria de saber o mesmo que o deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**. -----

Após as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para dar resposta às questões levantadas, começando por dizer que para já não colocaram teto financeiro e que espera que venham a ter dificuldades financeiras com esta medida, porque é um bom sinal, é sinal que há-de vir muita gente ao concelho. Disse ainda que não se está a falar de um apoio imediato, mas sim de um apoio que será diluído no tempo que as pessoas têm para gastar os *vouchers*. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Não havendo intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado por maioria com vinte e dois votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** não se encontrava presente. -----

Terminadas as intervenções passou-se para o **ponto sete sobre a apreciação, discussão e votação da proposta de Acordo de Regularização de Dívida a celebrar com as Águas do Norte, S.A.**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por dar nota que este assunto tem a ver com a consolidação das contas com a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. neste momento Águas do Norte, S.A., e com a qual tinham um valor de dívida ainda considerável. Disse ainda que como têm estado a pagar acordos feitos no passado, esse facto leva a que não tenham na maior parte das vezes a capacidade para conseguirem pagar aquilo que é o consumo imediato. Estão a pagar o que está para trás, mas a verdade é que não conseguem diminuir, ainda na maior parte das vezes conseguem que o valor da dívida aumente. Continua dizendo que existem três situações que os levaram a neste momento trazerem esta proposta, em primeiro lugar a possibilidade que têm de fazer estes acordos de regularização da dívida que são permitidos neste orçamento directamente com a Águas do Norte, S.A., o facto também de grande parte daquilo que é a divergência do Município com a Águas do Norte, S.A. e que se prende com a questão das tarifas mínimas, em que alguns municípios inclusivamente Tabuaço, após aquilo que foi verbalizado no início dos anos dois mil em que iria haver uma tarifa mínima e que não poderiam ser cobrados valores a partir daí, situação essa que nunca foi legislada, mas na qual se basearam para recusar uma série de facturação e de isso estar em Tribunal. Informou ainda que já vários municípios foram condenados a pagar e o Município de Tabuaço tem a indicação dos juízes desses processos e do próprio Departamento Jurídico do Município que em breve trecho irão ser condenados a pagar esses valores. Os juros de mora que estão a ser contabilizados relativamente quer ao valor em dívida quer também a essa parte que o Município não concordava com ela estão a contar acima de sete por cento e a possibilidade de conseguirem juntar isto tudo de conseguirem baixar aquilo que é a taxa de juro para a qual vão ser condenados se assim continuar em cerca de seis por cento porque a taxa de juro deste empréstimo é de um vírgula nove por cento o que não foge muito daquilo que é o que está a ser praticado no mercado. -----

O Presidente da Câmara deu ainda nota que atendendo também ao facto de um ciclo eleitoral estar a fechar que devem deixar para quem suceder a este Executivo uma situação regularizada porque para além daquilo que tem sido a diminuição do valor da dívida global existem situações que continuam ainda a criar enormes constrangimentos, nomeadamente o funcionamento financeiro do Município entre os quais a dívida comercial que, no fundo, conta sempre como dívida que já está vencida. E a dívida



*R. Tabuaço*  
*def*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

vencida acaba também por dar na maioria das vezes a consumir aquilo que são os fundos disponíveis, mesmo que isto não tenha um impacto na liquidez, mas tem impacto no cálculo contabilístico dos fundos disponíveis. -----

Informou ainda que neste acordo não vão considerar os serviços mínimos para o valor de oitenta e um mil euros, continuam a não considerar as faturas com um valor de duzentos e vinte e cinco mil euros. Este litígio que resulta das análises que o Município à época fez e por terem dado parâmetros fora daquilo que são os parâmetros aceitáveis e a Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. e agora Águas do Norte, S.A. alegavam de que as análises deles é que estavam corretas, continuam a excluir isso. Referiu ainda que o valor de juros sobre aquilo que são estes valores que já vêm de há bastante tempo até agora, e que o valor de juros global é de quinhentos e dezoito mil euros, mas com esta negociação conseguem uma redução de cerca de trinta por cento que representa cento e cinquenta mil euros, ou seja, para além de tudo o que já têm registado o Município vai ter que registar ainda cerca de quatrocentos mil euros de juros o que também vai criar alguns constrangimentos naquilo que é o cumprimento da diminuição de dívida, porque se está a falar de dívida que é nova, é assumida agora. -----

De seguida disse que a realidade é que vão ser condenados e estes juros irão continuar a ser contabilizados a oito por cento e neste momento têm esta possibilidade a esta taxa de juro, com este perdão de juros, e não consegue perceber nem ver nenhum argumento que faça não avançar até porque vão terminar em janeiro do próximo ano o outro acordo que têm com a Águas do Norte, S.A. e o valor da prestação que agora vai ficar é um pouco inferior àquele que hoje em dia estão a pagar mensalmente, sendo que este é trimestral mas se colocarem em duodécimos será ainda um bocadinho inferior àquele que estão a pagar actualmente. A Águas do Norte, S.A. nesse sentido deixaram de ter um período de carência para o Município começar a liquidar este acordo de regularização de dívida apenas quando terminarem o outro. -----

O Presidente da Câmara realçou ainda que relativamente à exigência do Município da requalificação da antiga Estrada Nacional até Moimenta da Beira essa intervenção que teve e que foi feita pela Águas do Norte, S.A. aquando da ligação da conduta, essa acção mantém-se e não abdicam que seja o Tribunal a decidir se têm ou não direito a ser ressarcidos ou de valor para o Município requalificar a estrada ou para que eles façam essa requalificação. No fundo aquilo que fica de fora de tudo isto será os mínimos que é no valor de oitenta e um mil euros, as tais faturas nas quais existem divergências nas análises do Município e nas deles o que já vem de há dez anos a esta parte e não abdicam também de deixar correr na mesma em Tribunal a acção onde está inserida a situação na qual o Município de Tabuaço exige à Águas do Norte, S.A. que ou a estrada seja requalificada ou seja indemnizado no valor que o Tribunal entender como competente. Continuou dizendo que se está a falar de um valor global de três milhões quatrocentos e nove mil setecentos e vinte e um euros, sendo que cerca de quatrocentos mil euros disto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

serão referentes a juros, não é dívida que já existe, mas é referente a juros a que irão ser condenados e que irão continuar a ser contabilizados, com uma taxa de juro de um virgula noventa e cinco por cento por um prazo de vinte e cinco anos com uma carência até ao início do próximo ano, até março, porque o acordo de cinco anos que está cedido à banca com prestações trimestrais termina em janeiro do próximo ano. -----

Não havendo intervenções sobre este assunto por parte do Plenário, foi o mesmo sujeito a votação tendo sido aprovado por maioria com vinte e um votos favoráveis e a abstenção do deputado **Alexandre Paulo da Silva Ramos**. De referir que no momento da votação, o deputado **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** não se encontrava presente. -----

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao **ponto oito-outros assuntos de interesse para o Município** da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscrito o **Presidente da Junta da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia**, os deputados **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** e **Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes**, e o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim**. -----

Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia** para solicitar ao Presidente da Câmara para informar sobre a situação da ponte que liga Santa Leocádia a Santo Adrião de maneira a puder esclarecer as pessoas que o questionam sobre este assunto. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** para referir que a Rede Expressos, relativamente ao velho assunto, informou que no prazo de uma ou duas semanas irão ser restabelecidos alguns horários que tinham sido suspensos durante a pandemia, mas não sabe se a linha de Tabuaço-Sendim-Moimenta da Beira estará ou não consagrada. Espera que sim. No entanto veicula mais uma vez a pressão que deve continuar a ser feita por parte da Assembleia Municipal, do Executivo e das Juntas de Freguesia, porque todos são afectadas, por isso, espera sinceramente que os horários venham a consagrar o concelho, caso contrário em junho terá mais notícias para dar. Solicitou ainda ao Executivo que o informasse sobre a questão da ocupação da via pública na freguesia de Sendim, porque também não quer deixar cair este assunto pelo mau aspeto e pelas más condições que representam e pelas queixas constantes de muita gente que o abordam, pelo que urge resolver essa situação. -----

No seguimento da intervenção, foi dada a palavra à deputada **Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes** para aludir dois pontos que na sua opinião são de interesse para o Município. O primeiro prende-se com o facto de outrora terem sido ministradas aulas que conferiram habilitação de conduzir trator nas explorações agrícolas e circular com os mesmos nas vias públicas, considera que foi uma mais-valia para o concelho, pois para além de dar competência para esta prática reduziu em muito o tempo e a mão-de-obra



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

na laboração dos terrenos, na sua opinião era de todo o interesse que a Câmara Municipal arranja-se protocolos com instituições relacionadas com a agricultura e as escolas de condução por forma a habilitar quem quisesse a licença para condução de trator agrícola. Continua dizendo que o segundo ponto é respeitante à freguesia de Adorigo, no sítio “Da do Carvalho” há uma situação que reporta já há uns três ou quatro anos que se prende com a incorrecta drenagem de águas de um terreno de cota superior para terrenos de cota inferior. O tubo proveniente de cima, portanto a nascente, deveria ter um diâmetro inferior para que o outro de baixo, o que está a jusante, com diâmetro superior entrasse no mesmo. No entanto, verifica-se o contrário o que permite que a água esteja permanentemente a atingir a parede de xisto de suporte do caminho. Refere ainda o ditado popular que diz “água mole em pedra dura tanto dá até que fura”, pois neste caso a infiltração das águas acaba por se dar e não tardará o muro com cerca de três metros irá cair como aconteceu nesse mesmo caminho num passado recente. Conclui dizendo que o que agora é de fácil resolução e se resolve com pouco capital tornar-se-á num problema sério caso não se tomem medidas rápidas e atempadamente. -----

Seguidamente interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Sendim** para dar conhecimento ao Presidente da Câmara que relativamente à reabilitação do largo da Praça Central de Sendim é urgente mandar lá um técnico para fazer um levantamento de alguns trabalhos que não correram assim tão bem. Conclui dizendo que é urgente que essas situações fiquem reparadas antes das eleições. -----

Para responder às intervenções, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por referir que relativamente à ponte de Santa Leocádia o que aconteceu ou está a acontecer é aquilo que infelizmente já se arrasta há uma série de tempo até pelo facto daquilo que é a própria classificação e envolvência da ponte obriga nomeadamente a emissão de pareceres. Disse ainda que estão neste projecto em conjunto com o Município de Armamar e atendendo a que os pareceres da Direção Regional de Cultura e de outras entidades estarem a demorar muito tempo a serem emitidos, Armamar decidiu, caso Tabuaço concordasse, intervencionar a ponte enquanto não se avança com a intervenção e projeto definitivos. Pediu ainda desculpas ao Presidente da Junta da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia porque por lapso não o avisou das intervenções que existiram na ponte. Mais disse que pessoalmente ainda ninguém lhe disse nada a não ser o que ouviu pela parte do Presidente da Junta da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, mas voltou a frisar que aquilo que lá está não é para ser definitivo é apenas uma forma de minimizar as enormes queixas que aconteceram por parte de quem lá passa. Referiu ainda que o mais importante de manifestar é que aquilo que lá está foi feito única e exclusivamente numa perspetiva provisória atendendo ao facto de as pessoas quer de Santa Leocádia quer de Santo Adrião estarem e com razão a queixar-se de que não conseguem lá passar, pelo que a intervenção provisória feita pela Câmara Municipal de Armamar foi no sentido de tentar



*Handwritten signature*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

minimizar o desconforto das pessoas enquanto não têm a obra final concretizada de acordo com aquilo que as entidades vão exigir. -----

Relativamente à questão levantada pela deputada **Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes** no que respeita aos cursos de tratores agrícolas tem a ideia de que já houve alguns ao longo deste tempo, inclusive houve um em que a Câmara foi a entidade promotora, mas que acabou por não se concretizar porque na altura não houve formandos. Mas podem perfeitamente contactar os Presidentes de Junta para tentarem perceber se há necessidades formativas e avançar nesse sentido. Relativamente à questão do muro desconhece e refere que pode ser uma situação da esfera da Junta de Freguesia, deixando o compromisso de juntamente com o Presidente da Junta de Freguesia de Adorigo verificarem o que está a acontecer para uma eventual solução. -----

No que concerne às questões levantadas pelo deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira** mencionou que já tinha falado nelas no Período de Antes da Ordem do Dia. Relativamente à Rede Expressos manifestou que agora atendendo ao Estado de Emergência há a previsão de que alguns trajetos irão ser retomados e a Câmara Municipal irá insistir no sentido de perceber se o de Tabuaço é um deles e caso não seja irá continuar com essa luta que tem sido levada até aqui. No que respeita à ocupação da via pública em Sendim estão junto da Estradas de Portugal a tentar que eles facultem a legitimidade do que lá está, sendo que a intervenção que irá ocorrer relativamente à mobilidade urbana de três freguesias que são as que significavam maior perigo rodoviário pela inexistência de passeios e em que Sendim se enquadra irá ter uma intervenção naquele local pelo que à partida irá solucionar aquela situação. -----

Relativamente ao que foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Sendim referiu que irá falar com os serviços para verificarem a situação. Disse ainda ter ideia de que na próxima sexta-feira irão ter uma reunião com a empresa por causa do fecho de obras, portanto irá pedir aos serviços técnicos da Câmara Municipal para agendarem um dia para irem ao local. -----

O Presidente da Câmara conclui a sua intervenção dando conhecimento ao Plenário que os CENSOS 2021 têm decorrido muito bem e quis salientar e exaltar o trabalho e empenho na realização dos mesmos. Referiu ainda a título de conhecimento que irão ter festa de São João sem ajuntamentos através de alguns momentos simbólicos que possam minimizar este constrangimento. -----

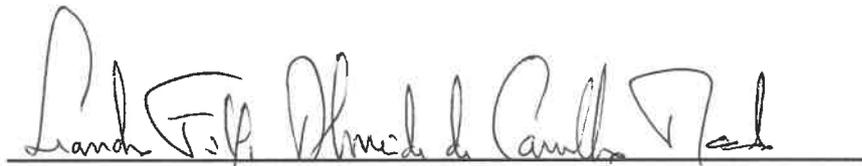
Seguidamente a Secretária, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, leu a minuta da ata que após votação foi aprovada por maioria com vinte e um votos favoráveis. De referir ainda que no momento da votação, os deputados **Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho** e **Alexandre Paulo da Silva Ramos**, não se encontravam presentes. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretária, respetivamente. -----

  
**Presidente: Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**

  
**2.º Secretário: Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**